



Diário eletrônico
Ministério Público
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 16 de agosto de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2439

BOLETIM N. 275/2018

CONSIDERANDO o teor do PR.01327.00036/2018-8,

RESOLVE editar a seguinte Ordem de Serviço:

Art. 1.º Os servidores do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente (CAOMA) e do Gabinete de Assessoramento Técnico (GAT) da Procuradoria-Geral de Justiça, ao acessarem as informações do Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR, deverão observar, rigorosamente, a classificação e a restrição de acesso às informações nele disponíveis, estabelecidas na Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente n. 3, de 18 de dezembro de 2014.

Art. 2.º A inobservância do disposto no artigo 1.º desta Ordem de Serviço acarretará a apuração de responsabilidade civil, criminal e administrativa do servidor faltoso.

Art. 3.º Ao receber a solicitação de acesso às informações do Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR, o servidor do CAOMA/GAT zelar para que a classificação e a restrição de acesso às informações nele disponíveis estejam representadas na solicitação, observando os seguintes procedimentos:

I – sendo a solicitação em meio físico, o servidor fará o devido registro e, posteriormente, fará com que o pedido tramite em envelope fechado que impeça sua visualização durante sua circulação;

II – sendo a solicitação em meio virtual, ao recebê-la, o servidor verificará se a classificação de sigilo da informação coincide com a estabelecida no Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR. Caso constatada divergência, imediatamente, providenciará a alteração do nível de sigilo do pedido para sua adequação;

III – na hipótese de o servidor não poder realizar o disposto no inciso II sem a participação do requerente, devolverá a solicitação ao remetente com a devida justificativa, solicitando que efetue a devida classificação de nível de sigilo.

Parágrafo único. Enquanto não forem atendidas as determinações constantes nos incisos I, II e III do *caput* do presente artigo, não poderão ser realizados andamentos para o atendimento/cumprimento da solicitação.

Art. 4.º Ao devolver o conteúdo da solicitação, o servidor do CAOMA/GAT deverá destacar, em campo próprio, as restrições de acesso estabelecidas pelo Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR.

Art. 5.º Ao receber as informações obtidas no Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR classificadas como restritas, o Presidente do Expediente deverá determinar a juntada e a (re)classificação do Expediente ou classificação do documento para o nível de sigiloso, conforme previsto pelo Provimento n. 71/2017 – PGJ.

Art. 6.º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de agosto de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
 Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- a contar de 16 de agosto de 2018, a servidora ALINE KUNZLER MAGNUS, Assistente de Procuradoria de Justiça, classe “O”, ID n. 3366057, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 25%, deste órgão, na forma do parágrafo 5º do Artigo 2º da Lei n. 9.504/1992, com a redação dada pela Lei n. 14.415/2014 (Port. 2519/2018).

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria n. 2456/2018, que nomeou MARIANA CAMILA SILVA CATÃO, para exercer o cargo de Agente Administrativo, classe “M”, deste Órgão (Port. 2522/2018).

- a Portaria n. 2263/2018, que nomeou TALIME TELESKA WALDOW DOS SANTOS, para exercer o cargo de Assistente Social, Classe “R”, deste Órgão (Port. 2528/2018).

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, ALINE NOGUEIRA NASCIMENTO, para exercer o cargo de Agente Administrativo, classe “M”, em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o sexto (6º) lugar na Lista de Classificação da Região da Serra (Port. 2523/2018).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, MICHELI GARCIA DE SOUZA, para exercer o cargo de Assistente Social, Classe “R”, em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o terceiro (3º) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 2529/2018).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de agosto de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

CONTRATO DE COMPRA E VENDA N. 088/2018

PROCEDIMENTO N. 02405.000.113/2018

PREGÃO ELETRÔNICO N. 037/2018

CONTRATADA: POA DISTRIBUIDORA DE MATERIAL DE LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA.; **OBJETO:** aquisição de material de limpeza;

Item	Descrição	Quant.	UN	Marca/Modelo	Preço total
2	Alvejante biodegradável a base de hipoclorito de sódio com concentração entre 2,0 e 2,5% de cloro ativo, em caixas com 12 frascos (com Tampa de rosca) de 1 litro cada, com notificação na Anvisa, com prazo de validade de no mínimo 6 meses a contar da data da entrega.	700	Un	AIC	R\$742,00



Diário eletrônico
Ministério Público
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 16 de agosto de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2439

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 742,00;
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3011 e 3028; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n. 13.191/09, n. 13.706/11 e n. 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n. 33/08 e n. 47/05, Lei Complementar n. 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n. 8.666/93 e n. 10.520/02 e Provimento PGJ/RS n. 54/02.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCEDIMENTO N. 02405.000.113/2018

O **DIRETOR-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Christian Brod e, como seu substituto, o servidor Fernando Krueel Nogueira.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de agosto de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

CONTRATO DE COMPRA E VENDA N. 086/2018
PROCEDIMENTO N. 02405.000.111/2018
PREGÃO ELETRÔNICO N. 037/2018

CONTRATADA: PERATTO REVENDA DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA.; **OBJETO:** aquisição de material de limpeza;

Item	Descrição	Qtde.	Unidade	Marca/ Modelo	Preço total
8	Garrafa térmica com alça, copo superior plástico, lacrada, ampola isolada (sem acesso para tirar e colocar), com certificado de garantia de eficiência e capacidade para 1 litro, deverá atender a nbr13282 da abnt	150	UN	Termolar/ Personal	R\$ 2.152,50

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 2.152,50;
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3011 e 3028; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais nos 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS nos 33/08 e 47/05, Lei Complementar n. 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais nos 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ/RS n. 54/02.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de agosto de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCEDIMENTO N. 02405.000.111/2018

O **DIRETOR-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Christian Brod e, como seu substituto, o servidor Fernando Krueel Nogueira.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de agosto de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

SÚMULA DO TERMO DE ACORDO
PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR
PROA 18/0900-0001107-3

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o servidor **RICARDO IRIBARREM CESAR**, ID n. 4242050; **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa IRJ1831, a ser usado na execução de tarefas e serviços da Força Tarefa de Ajuda Voluntária – FAVO, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n. 30/2018;
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 15 de agosto de 2018.
BENHUR BIANCON JUNIOR,
 Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 83/2018 (PGEA n. 00581.000.067/2018)
Tipo: Menor preço por item. **Objeto:** Aquisição de material de expediente (3.º pedido), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 29/08/2018, às 10 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** lotes 1 a 5: 29/08/2018, às 14 horas; lotes 6 a 12: 30/08/2018, às 10 horas; e lotes 13 a 17: 31/08/2018, às 10 horas. **Local:** www.pregaoabnrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Estadual n. 13.191/09, Lei n. 10.520/02, LC n. 123/06 e Lei n. 8.666/93.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de agosto de 2018.
MARIANO WESTPHALEN LORENZON,
 Pregoeiro.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N. 28/2018

O COORDENADOR DO CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis: